

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.525.320 - SP (2019/0175403-2)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **D C L DA S**
ADVOGADO : **DANIELA REDÍGOLO DONATO E OUTRO(S) - SP172880**
AGRAVADO : **A L DA S**
ADVOGADO : **CÁSSIO ALESSANDRO SPÓSITO E OUTRO(S) - SP114384**
INTERES. : **R T J**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por D. C. L. DA S. contra a decisão que inadmitiu recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugna acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"Divórcio.

1.- Alimentos. Arbitramento dos alimentos aos filhos no valor pedido pelo autor na inicial. Inexistência de interesse recursal.

Arbitramento, de resto, em consonância com o binômio possibilidade-necessidade. Recurso não conhecido nesta parte.

2.- Partilha. Casa construída em terreno de propriedade exclusiva da ré. Valores despendidos para a construção da casa provenientes de esforço comum. Direito do autor a metade do valor da casa, a ser apurado em liquidação por arbitramento, deduzida a quantia proveniente da venda de outro imóvel de propriedade exclusiva da ré.

3.- Arbitramento de aluguel. Inexistência de condomínio. Inaplicabilidade do art. 1.319 do CC. Direito do autor à metade do valor da casa que não lhe dá o direito de pleitear o pagamento de aluguel. Direito à meação que equivale à indenização prevista no art. 1.255, segunda parte do CC.

Recurso parcialmente provido, na parte conhecida" (e-STJ fl. 673).

Tanto os embargos de declaração opostos pela recorrente quanto os dois opostos pela recorrida foram rejeitados (respectivamente, e-STJ fls. 707/711 e e-STJ fls. 719/722 e 731/733).

Nas razões do especial, a recorrente alega violação do artigo 1.659, I e II, do Código Civil.

Sustenta, em síntese, que a casa em que residiam foi construída com recursos próprios, decorrentes exclusivamente da venda de terreno de propriedade recebida por herança de seu falecido genitor, de modo que seu ex-cônjuge não faz jus à partilha do valor investido na construção do bem.

Após a apresentação das contrarrazões (e-STJ fls. 741/745), o recurso foi inadmitido na origem, sobrevivendo daí o presente agravo, no qual se busca o processamento do

Superior Tribunal de Justiça

apelo nobre.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

O Tribunal de origem, à luz das provas dos autos, concluiu pela possibilidade de partilha do imóvel em litígio, com base nos seguintes fundamentos:

"(...)

Por outro lado, tem o autor direito à partilha da casa que foi construída sobre o terreno de propriedade exclusiva da ré, fato este incontroverso.

Debatem as partes sobre a contribuição de cada uma para a construção da casa. O autor sustenta que contribuiu com recursos próprios para a construção apresentando, para comprovar sua versão, uma série de notas fiscais e outros documentos (fls. 196/375). Já a ré sustenta que a casa foi construída com o produto da venda de outro imóvel de sua propriedade exclusiva, alienado em 18/06/2009 por R\$ 40.000,00, conforme comprova a certidão da matrícula juntada a fls. 75/80.

As partes não se preocuparam em comprovar quem efetivamente fez frente às despesas representadas pelas notas fiscais de fls. 196/375 e os litigantes aparentemente não têm outra fonte constante de renda que não o pet shop operado por ambos. Logo, verossímil que a casa tenha sido construída com o esforço comum das partes.

Todavia, não há como desacreditar a alegação da ré de que os R\$ 40.000,00 recebidos pela venda de um imóvel que somente a ela pertencia foram empregados na construção da casa.

Assim, tem de fato o autor direito a metade do valor da casa não do terreno sobre o qual foi construída -, cujo valor deverá ser apurado em liquidação por arbitramento, já que as avaliações apresentadas pelas partes são extremamente discrepantes (cf. fls. 451/453 e 523/524), deduzindo-se da parte do autor a quantia de R\$ 40.000,00, corrigida monetariamente a partir de 18/06/2009 até a data do laudo pericial" (e-STJ fl. 675, grifou-se).

Desse modo, alterar tais conclusões, para decidir pela impossibilidade de inclusão do bem imóvel (não do terreno) na partilha, demandaria a análise de circunstâncias fático-probatórias, o que é inviável no recurso especial pelo óbice da Súmula nº 7/STJ.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. DIVÓRCIO LITIGIOSO. PARTILHA DE BENS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 535 DO CPC/1973. OMISSÃO

Superior Tribunal de Justiça

INEXISTENTE. EXCLUSÃO DE IMÓVEL DA COMUNHÃO. REVERSÃO DO JULGADO. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

2. Tendo a Corte de origem concluído, à luz da prova dos autos, que é incabível a exclusão de imóvel da comunhão, inviável a inversão do julgado, haja vista o dispositivo na Súmula nº 7/STJ.

3. Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 936.900/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 01/03/2017).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE ATO JURÍDICO. VENDA DE IMÓVEL SEM RESPEITAR A PARCELA DOS DEMAIS HERDEIROS. IMPOSSIBILIDADE. IMÓVEL ADQUIRIDO PELO DE CUJUS NA CONSTÂNCIA DA UNIÃO ESTÁVEL. DOAÇÃO À COMPANHEIRA NÃO COMPROVADA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

3. O eg. Tribunal a quo, com base nas provas carreadas aos autos, afirmou que não ficou comprovada a existência de doação do imóvel pelo de cujus à sua companheira, de maneira que o bem deveria integrar a partilha. Aplicação da Súmula 7 desta eg. Corte.

4. Agravo regimental não provido" (AgRg no AREsp 228.629/PR, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 26/5/2015, DJe 24/6/2015).

"CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE SEPARAÇÃO JUDICIAL LITIGIOSA. PARTILHA DE IMÓVEL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DAS ALEGAÇÕES DO AUTOR ACERCA DA VENDA ANTERIOR DO IMÓVEL. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A alteração das conclusões do acórdão recorrido exige reapreciação do acervo fático-probatório da demanda, o que faz incidir o óbice da Súmula nº 7 do STJ.

2. Agravo regimental não provido" (AgRg no AREsp 549.026/RS, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 16/4/2015, DJe 24/4/2015).

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa (R\$ 1.000,00), os quais devem ser majorados em 2% (dois por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 13 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

